Belo Horizonte amotinada

A greve dos empregados da Companhia Força e Luz (1934)[1]

CARLA ANASTASIA
Departamento de História da UFMG

"A cidade está oferecendo aos olhos da população um aspecto que depõe contra os foros de pacatez do povo mineiro. É uma praça de guerra. Cavalaria, infantaria, polícia secreta, autoridades prevendo tristes acontecimentos".

(O Debate, 19 set. 1934)

Belo Horizonte, 1934. Nem só de retreta aos domingos e *footing* cotidiano na Praça da Liberdade, passeios engalanados no Parque Municipal, encontros no Bar do Ponto, vivia a jovem capital mineira

Tarde de 13 de julho. Estudantes do Ginásio Mineiro, em solidariedade à greve dos empregados da Companhia Força e Luz, assaltaram um bonde da linha Calafate. Com o motorneiro como refém , iniciaram uma passeata até o Bar do Ponto que foi sendo engrossada por populares e passou a ser encabeçada pelos universitários da Escola de Direito[2]. À intervenção da Polícia, que foi recebida com vaias, seguiu-se intenso quebra-quebra dos bondes pelos populares. A passeata prosseguiu até a Companhia Força e Luz que havia sido cercada pela Polícia.

Belo Horizonte, assim como as demais capitais brasileiras, enfrentava, em 1934, uma onda de greves.

1 Este artigo, com algumas adaptações, é parte do Capítulo V da tese "Corporativismo e cálculo político. O processo de sindicalização oficial dos trabalhadores em Minas Gerais (1932-1937)" defendida no programa de doutorado em Ciência Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) em novembro de 1990.

2 A MANIFESTAÇÃO dos Universitários. *Correio Mineiro.* Belo Horizonte, 14 jul. 1934. P.8.

A tentativa de contenção dos conflitos no imediato pós-30, inerentes ao processo de produção, e sua substituição pela harmonia das classes, através do atrelamento das entidades profissionais ao Estado e da legislação trabalhista, havia fracassado[3]. Não só os atores traduziam as novas estruturas corporativas segundo seus próprios interesses — o que lhes impossibilitava a convivência ao criar diferentes versões do corporativismo — como, ao fugir a mobilização dos sindicatos oficiais ao controle do Estado, tornava-se transparente a instabilidade do arranjo corporativo.

Esta instabilidade transpareceu na radicalização do discurso e da prática militantes dos sindicatos oficiais mineiros[4]. As palavras de ordem do movimento sindical oficial ampliaram-se, ultrapassando as reivindicações mais imediatas do proletariado. A defesa da luta contra o imperialismo e o fascismo passou a integrar, de forma sistemática, o discurso militante do sindicalismo *"revolucionário e consciente"*.

No Brasil pós-30, não obstante a política corporativa tenha estabelecido as regras do jogo, o patronato, ao resistir à forma corporativa, tentava limitar o pacto às relações entre Estado e trabalhadores. Nessa circunstância, a luta da classe trabalhadora desenvolveu-se no sentido de fazer valer as regras estabelecidas pelo pacto corporativo, em especial a efetiva implementação das leis trabalhistas. Naquele momento, a questão que se colocava para os trabalhadores era lutar pela institucionalização da forma política corporativa. Nessa luta, a deploração da condição operária e a denúncia da exploração pelo patronato eram temas recorrentes.

Os trabalhadores mineiros apelavam ao Ministério do Trabalho para que o órgão tomasse conhecimento das irregularidades e levasse em consideração *"o grito de revolta"* daqueles que se sentiam prejudicados. Pediam em nome da *"humilde e necessitada gente"* que vivia espoliada e *"jogada a todo instante fora do serviço"*[5]. Henrique Quintão, vice-presidente do Sindicato dos Sapateiros, em carta enviada ao redator de O Debate, afirmava

3 A política social e trabalhista foi o instrumento utilizado para viabilizar a incorporação corporativa buscando-se controlar tanto o empresariado quanto a classe trabalhadora. Fundamental no sentido da eficácia desta incorporação foi o Decreto 19770, editado em 1931, que instituiu o sindicato único — abandonando o regime da pluralidade sindical vigente desde 1907 — e determinou o seu atrelamento ao Estado, tornando-o oficial, público.

4 O discurso militante se opõe ao discurso selvagem, este último um discurso anônimo que se exprime sob as formas mais elementares da palavra. Ao contrário, o discurso militante é aquele que emana de líderes, escrito em nome das instituições que dirigem o conflito. É um discurso estratégico, funcional, intencional, que tem seus modelos e suas referências. Os trabalhadores tendem, neste discurso, a dissolver sua história naquela da eterna exploração dos pobres pelos ricos, interpretando, dessa maneira, a condição operária. O discurso militante apoia-se fundamentalmente na deploração da condição trabalhadora, na crítica ao patronato e na exaltação da luta operária em suas diversas formas. Cf. PERROT, Michelle. *La jeunesse de la grève*. Paris, Seuil, 1984. A este discurso acreditamos corresponder necessariamente a implementação de seu projeto — uma prática também militante, a luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho.

5 SÉRIAS Irregularidades. *O Debate*. Belo Horizonte, 24 mar. 1934. P.6.

"temos a lei de acidentes de trabalho, o operário que não puder pagar um advogado não recebe a respectiva indenização; temos leis que mandam observar a mais rigorosa higiene nas fábricas, isto é fácil de se verificar — existem aqui mesmo fábricas que possuem capacidade para quarenta operários e lá trabalham cem ou às vezes mais. Sem ventilação, sem luz artificial ou natural, sem instalação sanitária. Temos leis que regulam o trabalho de menores nas indústrias. Senão haja vista algumas fábricas nas quais o maior número de operários são menores... ".[6]

Neste contexto, eclodiu em Belo Horizonte no dia 07 de julho a greve dos empregados da Companhia Força e Luz, que puderam contar com a solidariedade da população da jovem cidade.

I

As greves têm uma dupla função: são ao mesmo tempo meio de pressão e meio de expressão. Constituem-se, nessa medida, em valioso recurso de análise por apresentar, como um espelho, o patronato, o Estado e a opinião pública[7] .

A linguagem das greves na década de 30 em Minas Gerais exprimiu o repúdio do trabalhador à tentativa do patronato de reprivatização do mundo da fábrica. O operariado pressionava buscando a eficácia das leis trabalhistas editadas no pós-30. A greve tornava-se a única forma de fazer com que os "*esbulhadores dos direitos alheios*" reconhecessem os seus "*deveres sociais*"[8]. Os operários fariam "*prevalecer os seus direitos por intermédio da greve*"[9].

As greves seriam o antídoto para a vida indigna do proletariado, para a intensa e sistemática exploração do patronato:

"... empresas imperialistas, os donos de fábrica ainda não desistiram de resolver a crise à custa da fome dos trabalhadores, pelo contrário, redobram as suas investidas contra os salários negando todo o aumento de salário e tomando medidas no sentido de diminuí-lo ainda mais"[10].

6 UM "MAR de Rosas". *O Debate*. Belo Horizonte, 31 mar. 1934. P.6.
7 Cf. PERROT, Michelle. *Op. Cit.* e STEDMAN, Jones. *Outcast London*. Oxford, Claredon Press, 1971.
8 A GREVE. *Correio Mineiro*. Belo Horizonte, 10 mar. 1933. P. 7.
9 A UNIÃO dos Operários em Construção Civil na palavra do seu presidente Joaquim Curvelano. *Correio Mineiro*. Belo Horizonte, 24 jun. 1933. P.7.
10 GREVES. *Revista Proletária*. 5 (1935). P. 2.

O Ministério do Trabalho reconhecia a importância das greves em regimes de liberdade econômica, único meio de que dispunha o operário para obter melhoria nas condições de trabalho. Como resultado, as greves teriam provocado, nesses regimes, a intervenção do Estado no campo das relações individuais e contribuído para a criação de uma legislação do trabalho.

Ainda de acordo com o Ministério, com o advento do Estado Moderno, profundamente intervencionista, a greve poderia ser admitida, jamais justificada[11].

A guerra era, na perspectiva do Estado, uma verdadeira guerra dos empregados contra os empregadores. Era considerada um fato anormal, perturbador do livre curso das leis naturais, prejudicial à economia de ambas as classes que nela se defrontavam em um antagonismo indesejável.

Os prejuízos de ordem social e moral que a greve acarretava eram sempre maiores do que os de ordem econômica. Segundo o Ministério do Trabalho, poderia às vezes haver uma momentânea oposição de interesses entre patrões e empregados, no que se referia às relações de trabalho, porém o "*conteúdo íntimo*" da relação jurídica criada deveria ser sempre de colaboração na atividade produtora, na coincidência de interesses para a obra comum[12].

Não obstante o Ministério do Trabalho reconhecesse que as greves no pós-30 eram fruto da resistência e do boicote do patronato com relação à aplicação das leis trabalhistas, condenava a forma como as reivindicações eram encaminhadas. Em 1934, o Ministro do Trabalho afirmava que todas as reclamações contra a infração das leis sociais estavam sendo resolvidas e, por instrução sua, o Ministério tinha intensificado os seus serviços "*orientando os patrões na prática da lei e autuando e cominando multa aos infratores*"[13]. O Ministro condenava, sobretudo, a presença de elementos perturbadores nos movimentos grevistas que

> "*procuravam imiscuir-se nos centros operários, suscitando mal-entendidos e perturbando o ambiente de serenidade em que vêm sendo examinados e resolvidos, dentro do espírito de justiça e cooperação social das leis em vigor, os casos trabalhistas*"[14].

11 A GREVE e o "Lock-out" como recursos anti-sociais. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.* 43 (1938): 149/162.
12 Idem, ibidem.
13 MOVIMENTO Grevista. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.* 1 (1934). P. 272/273. A notícia refere-se especificamente ao movimento grevista em Belo Horizonte neste ano.
14 Idem, ibidem.

Em Minas Gerais, o Governador Benedito Valadares, em mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em agosto de 1935, denunciava os "*semeadores de idéias subversivas*" que procuravam agitar as classes, "*provocando greves, fazendo inteligente e sedutora propaganda para impressionar os espíritos menos cautos e, assim, angariar adeptos*". Continuava o Governador afirmando que, não obstante as greves dos trabalhadores em 1934, as idéias subversivas foram contidas no Estado, devido à vigilância severa e à ação enérgica da Polícia[15].

Mas não eram elementos estranhos aos sindicatos que perturbavam o ambiente de serenidade desejado pelo Ministério do Trabalho. A partir de 1934, o discurso e a prática dos trabalhadores tornaram-se nitidamente mais radicais.

O jornal União, dos gráficos, apelava para o operariado montanhês para que as suas manifestações tomassem um caráter "*decididamente integrado no espírito da luta de classes*". Continuava, afirmando que dia a dia cresciam e se agravavam os antagonismos entre a classe trabalhadora e a classe exploradora. Seria dentro dessa diretriz que, mais rapidamente, poderiam conquistar os seus direitos[16].

A radicalização do discurso explica-se pelo fato de que a hostilidade ao patrão, que em tempos normais é contida, explode em tempo de greve no gesto e na palavra. E 1934 foi, por excelência, um tempo de greve.

A linguagem dos movimentos paredistas exteriorizava a violência potencial embutida nos seus projetos, determinadas pela condição de exploração. Conforme estampava editorial do Correio Mineiro não se devia "*provocar a cólera sagrada do povo na defesa legítima de suas prerrogativas*". Aconselhava o jornal ao patronato ceder às exigências do proletariado para "*vencer a onda ameaçadora das rebeldias incoercíveis e triunfar sobre os choques inevitáveis que a violência gera*"[17].

A Revista Argus, periódico policial belorizontino, que se caracterizava por um anti-comunismo exacerbado, afirmava que o trabalhador da Capital, na década de 30, vivia "*em permanente contrariedade, n'um nervosismo inexplicável, fator preponderante dos lamentáveis choques grevistas*". Estava o proletariado mineiro, segundo o mesmo artigo, inoculado pelo "*vírus peçonhento do terrível perigo vermelho*", seduzido que fora por "*agentes comunistas travestidos em salvadores da classe operária*"[18].

---

15 MENSAGEM apresentada à Assembléia Legislativa pelo Gov. Benedito Valadares. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 20 ago. 1935. P. 5.

16 PARA DEFENDER as aspirações do proletariado. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 2 maio. 1934. P.3.

17 A GREVE do Este. *Correio Mineiro*. Belo Horizonte, 20 jan. 1934. P.5.

18 O PERIGO Vermelho. *Argus*. Belo Horizonte, dez. 1935. P. 39.

O nervosismo, entretanto, tinha explicação. Lutava o operariado contra a exploração imposta pelos patrões: as longas jornadas de trabalho; a espoliação intensiva da capacidade de trabalho; a violência dos superiores; a intensa exploração de mulheres e crianças e as péssimas condições dos equipamentos. Radicalizou-se, assim, o discurso através de uma visão dicotômica que opunha o explorado ao explorador, o escravo ao senhor.

Esses elementos do discurso militante — a deploração da condição operária e a denúncia da exploração, embora tenham integrado as falas das greves em 1934 e 1935, não eram novos. O que especifica a radicalização do comportamento dos sindicatos oficiais é a exaltação da luta operária, elemento que, juntamente com os outros dois, caracteriza o discurso militante. O discurso de exaltação da luta operária transfigurou-se na sua prática, ao absorver a violência potencial, que se embutia na deploração da condição de trabalhadores intensamente explorados.

O que se buscava era a efetiva implementação da política trabalhista inaugurada no imediato pós-Revolução de Outubro.

II

A história do Sindicato dos Empregados em Bondes, Luz e Força, por si só, justifica a pequena representatividade que o mesmo terá no entusiástico movimento grevista dos empregados da Companhia em 1934. A agremiação, ligada aos interesses da Companhia, foi reconhecida como o sindicato oficial da categoria pelo Ministério do Trabalho, em detrimento do Sindicato dos Empregados dos Serviços Públicos de Força, Luz e Tração, este sim representante mais legítimo dos trabalhadores. Não é de se espantar, portanto, que tenha sido outra associação, o Sindicato dos Operários da Construção Civil de Belo Horizonte, o principal sustentáculo do movimento dos empregados da Força e Luz.

A greve iniciou-se em 07 de julho de 1934. O movimento estava marcado para ser deflagrado na madrugada do dia 14 mas a Companhia, informada, demitiu imediatamente cinco condutores e dois motorneiros. A medida causou indignação e alguns empregados da Companhia, solidários com os demitidos, não compareceram ao trabalho pela madrugada e lançaram manifesto concitando os colegas à greve pacífica que se esboçava. Dizia o manifesto:

> *"Esperamos e contamos com o apoio de todos os companheiros. Aquele que "furar" a greve é um traidor, indigno de pertencer à classe. Que todos saibam cumprir seu dever de trabalhador, solidarizando-se conosco. Empregados da Cia. Força e Luz, de pé na*

defesa de nossos direitos. Para a frente, na luta por nossas reivindicações[19].

Ao manifesto seguiu-se o memorial dos grevistas. Neste, acusavam a ineficiência do sindicato e reiteravam as reivindicações que já vinham sendo feitas há algum tempo à Companhia. Como não haviam sido atendidos, os empregados

> *"resolveram declarar-se em greve, movimento que encerra um protesto contra a dispensa de 7 companheiros, cujo crime foi o de erguerem as vozes contra as injustiças que vêm sofrendo os trabalhadores da Cia*[20].

As reivindicações eram muito semelhantes às das outras greves. Aumento salarial, melhores condições de trabalho, aplicação da lei de férias, implantação da Caixa de Aposentadoria e Pensões foram temas constantes das greves dos anos 30[21].

As tentativas de entendimento entre os empregados e a empresa fizeram-se em reuniões sucessivas na sede dos Operários em Bondes, Luz e Força; na casa do delegado Liberato, indicado pelo Ministério do Trabalho; na Companhia Força e Luz. Após as reuniões, Odilon Andrade, advogado da Companhia, acusando os grevistas de não terem mantido a ordem a que haviam se comprometido e "*vendo-se forçado a demitir os sete empregados que iniciaram o movimento e mais nove outros exaltadores que portaram-se de modo a não merecerem a confiança da Companhia*", aconselhou aos empregados que recorressem à Comissão Mista de Conciliação e Julgamento[22]. Estava fracassado o entendimento.

A partir desse momento, a greve passou a contar com o apoio e a participação de outras associações proletárias de Belo Horizonte e Juiz de Fora.

Antonio Aleixo, grevista, dava seu depoimento, exemplo por excelência do discurso militante:

---

19 ALGUNS Operários da Força e Luz declararam-se em greve. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 08 jul. 1934. P. 12.

20 Idem, ibidem.

21 "Por este memorial são apresentadas as nossas reivindicações que estamos dispostos a defender a todo transe. Ei-las: a) aumento de 40% nos vencimentos do pessoal de todas as seções; b) melhoria do material; c) nenhuma dispensa, no prazo de 2 anos, de qualquer operário implicado na greve; d) participação dos operários na direção da Caixa de Aposentadorias e Pensões, com 2/3 de representantes na diretoria e no conselho, eleitos democraticamente pela massa; e) aumento de 50% sobre as horas suplementares, excedentes das 8 horas; f) nenhuma pressão ou interferência da Companhia no sindicato da classe; g) saída dos chefes Lousada e Kosac; h) readmissão de todos os companheiros demitidos com mais de 3 anos de serviço de 12 meses para cá; i) depositar num banco a fiança prestada pelos trabalhadores na admissão revertendo os juros em benefício do sindicato; j) pagamento de férias de acordo com a lei, e não como vem sendo pagas; l) continuação do horário em Vigor". Idem, ibidem.

22 A GREVE dos empregados da Cia. Força e Luz. *Correio Mineiro*. Belo Horizonte, 10 jul. 1934. P.8.

"Tenho confiança que havemos de vencer e todos meus companheiros continuam sob a bandeira do mesmo ideal — contra a baixa exploração da Cia. que tanto nos humilhou e perseguiu. Sou um pobre ignorante, que desde a idade de 12 anos luto pela vida, ganhando o pão com o suor de meu rosto. E todos aqui são como eu, homens rudes do trabalho. Ninguém voltará a colocar-se sob as garras do abutre americano, enquanto não forem atendidas as aspirações de nossa classe. A nossa união, que mais se robustece com o apoio de todos os sindicatos proletários, não será quebrada. Estamos conscientes da nossa força".

O apoio ao qual se referia o grevista estava sendo intermediado pela Federação Mineira do Trabalho e era visto pela Companhia como uma intromissão de elementos estranhos que presidiam as reuniões "*fomentando a exaltação de ânimos e a confusão*"[23].

Reunidos na sede do sindicato dos Operários da Construção Civil de Belo Horizonte, os empregados da Companhia Força e Luz mostraram-se irredutíveis na negociação além de criticar duramente o Sindicato dos Operários em Bondes, Luz e Força que não merecia a confiança "*pois a sua diretoria achava-se aliada com os patrões, constituindo-se, portanto, um verdadeiro inimigo da classe*"[24]. A Companhia, para combater a greve, lançava mão dos mais diversos expedientes

"ora chamando ao serviço dos veículos funcionários licenciados e fora das funções, ora arrebanhando toda e qualquer espécie de gente. Colocava no 'controler' dos bondes indivíduos sem nenhuma prática do serviço, o que constitui séria ameaça à vida dos transeuntes"[25].

A greve assumiu proporções inesperadas quando a população aderiu ao movimento. Estudantes do Ginásio Mineiro, universitários da Escola de Direito, populares, em passeata dirigiram-se à Companhia Força e Luz que estava cercada pela Polícia.

Segundo o manifesto de apoio dos universitários da Faculdade de Direito, a população da Capital

"num gesto espontâneo da mais legítima solidariedade, [associa] ao clamor surgido das necessidades mais prementes do proletari-

23 AINDA a greve dos empregados da Cia. Força e Luz. *Correio Mineiro*. Belo Horizonte. 11 jul. 1934. P.1.
24 Idem, ibidem.
25 A GREVE dos Empregados da Companhia Força e Luz. *Correio Mineiro*. Belo Horizonte, 12 jul. 1934. P.8.

ado grevista da Companhia Força e Luz que, com o beneplácito do povo, reivindica direitos conspurcados (...) "[26].

Os ânimos acirraram-se com o assassinato, no mesmo dia, do motorista Manoel Pereira que, ao entrar na zona cercada, foi fuzilado pela Polícia.

Foram distribuídos à população contundentes manifestos dos partidários do "Nacionalismo Operário" contra a intransigente posição da Companhia. A Confederação Católica do Trabalho apelou aos diretores da empresa para que atendessem às justas reivindicações dos trabalhadores. Os grevistas receberam o apoio da Frente Única de Juiz de Fora, formada pela União Operária, Sindicato Têxtil, Construção Civil e Padeiros; dos universitários das Escolas de Odontologia e de Farmácia; das normalistas e da Associação Beneficiente Topográfica de Belo Horizonte.

As reivindicações dos grevistas permaneciam as mesmas que constavam do memorial[27]. Não obstante o que possa parecer o lugar comum das reivindicações, o Comitê Grevista passou a apresentar uma mudança no tom do discurso que se tornava mais incisivo. Afirmavam os trabalhadores que se batiam

> *"segundo as diretrizes da luta de classes, baseando-nos no princípio de que a obra do trabalhador tem que ser feita pelo próprio trabalhador (...) Defendemos apenas os ideais proletários, na defesa dos quais agiremos com denodo. Reconhecemos que as necessidades dos trabalhadores são as mesmas em toda parte e, por conseqüência , só a união de todos, debaixo de uma única bandeira, afastados de todos os preconceitos de raça e transpostas todas as fronteiras geográficas que nos separam, nos dará a vitória. Pertencemos ao número dos trabalhadores conscientes que souberam compreender a significação do grito de alarme de Marx: "Proletários de todos os países, uni-vos"*[28].

Linguagem similar era usada no telegrama de apoio enviado enviado aos grevistas, por intermédio da Federação Mineira do Trabalho, pela Coligação Proletária de São Paulo que abrangia 30 sindicatos com cerca de 100 mil trabalhadores:

26 A MANIFESTAÇÃO dos Universitários. *Correio Mineiro*. Belo Horizonte, 143 de jul. 1934. P. 8.
27 ATA da Reunião da Comissão Mista de 12 de julho de 1934. *Correio Mineiro*. Belo Horizonte, 14 jul. 1934. P. 1 e 5.
28 UM PROTESTO dos Motorneiros e Condutores. *Correio Mineiro*. Belo Horizonte, 14 jul. 1934. P. 1.

"Comissão Executiva sindicatos proletários de São Paulo (...) pede a essa entidade transmitir sua solidariedade a todo proletariado de Belo Horizonte, que contra a intensificação da exploração capitalista e contra revoltantes crimes reação patronal se levanta num movimento grevista, cujo surto rapidíssimo, de proporções gigantescas demonstra o alto grau de consciência de classe, radicalização e incentivo à luta do proletariado do Brasil contra classe inimiga, formulando votos vitória reivindicações interessam valoroso proletariado mineiro"[29].

À crescente agressividade dos empregados grevistas correspondeu a ratificação, na reunião da Comissão Mista de Conciliação e Julgamento, de todos os pontos que haviam sido apresentados pelos trabalhadores em reuniões anteriores. Além disso, no que se referia à transferência dos funcionários Louzada e Kosac, um dos ítens do memorial, que eram verdadeiros algozes dos motorneiros e condutores, a empresa obrigava-se a abrir inquérito no prazo de 8 dias para verificar se eram verdadeiras as acusações formuladas pelos grevistas. O inquérito deveria ser feito em audiência com os acusados e na presença dos representantes dos grevistas. Finalmente, dar-se-ia por encerrada a greve com o comparecimento ao trabalho de todos os empregados da Companhia Força e Luz.

Acordadas as partes, o movimento encerrou-se com o desfile dos grevistas pelas principais ruas da cidade, agradecendo a população o apoio que lhes fora dado.

Não obstante o entendimento, as demissões continuaram. Foram demitidos os condutores 90 e 77 que "*tomaram parte saliente*" no movimento paredista. Ainda, desobedecendo ao acordo de conciliação, a Companhia pretendeu desculpar os funcionários Kosac e Louzada com base na interpretação do artigo 53 do Decreto 20.465. Apesar do protesto de José Costa, da Federação Mineira do Trabalho, a empresa encerrou o processo dos dois funcionários sem dar a menor satisfação aos seus empregados.

O Comitê de Reivindicações convocou uma reunião na sede do Sindicato dos Operários da Construção Civil para que fossem tomadas medidas contra a arbitrariedade da Companhia Força e Luz. Reagiu a empresa com a demissão de mais 14 operários, com a alegação de que os mesmos haviam comparecido à reunião convocada pelo Comitê[30]. O sindicato dissidente, que havia obtido o reconhecimento oficial, afirma-

29 TELEGRAMA. *Correio Mineiro*. Belo Horizonte, 15 jul. 1934. P.1.
30 AINDA o caso da Força e Luz. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 17 ago. 1934. P.3.

va que as acusações à empresa não passavam de uma "*exploração por parte de elementos estranhos aos empregados*" e que as demissões eram "*fatos comuns ali ocorridos, não como perseguições aos grevistas, mas, como direito natural que assiste aos patrões de demitirem os empregados faltosos ou desleais aos interesses da Companhia*[31].

Contra a vontade do Sindicato dos Operários em Bondes, Luz e Força, a greve recomeçou. Foram mantidas as reivindicações listadas no memorial.

O movimento generalizou-se — aderiram à greve os empregados das oficinas, da via permanente e da garagem. As usinas de Rio das Pedras ameaçavam engrossar as fileiras de grevistas e deixar toda a capital sem energia elétrica.

Desse segundo momento da greve dos empregados da Força e Luz resultou a cisão da Federação Mineira do Trabalho e a divisão do movimento sindical de Belo Horizonte.

A Federação foi a mediadora das negociações durante toda a primeira fase do movimento paredista, tendo indicado, como representante dos grevistas junto à Comissão Mista de Conciliação e Julgamento, o seu secretário José Costa. Muito embora tenha sido José Costa um veemente defensor do movimento, faltou à audiência da Comissão para dirimir o litígio entre os empregados e seus chefes Louzada e Kosac. A ausência de José Costa gerou críticas acirradas ao desempenho da Federação Mineira do Trabalho.

Paulo Baeta Neves, da União dos Empregados do Comércio, presidente da entidade, procurou, em carta ao Correio Mineiro, contornar a situação. Dizia ele que

> "*a bem da verdade e em nome da Federação Mineira do Trabalho, declaro que não existe oposição alguma e que todos os seus componentes estão solidários entre si de qualquer ação, contra o muito que a Federação Mineira do Trabalho tem feito pelo proletariado de Minas Gerais*"[32].

Mas o movimento sindical em Belo Horizonte havia se cindido. Pelo menos cinco sindicatos — Construção Civil, União dos Trabalhadores em Livros e Jornais, União Internacional, Empregados em Barbearias e Padeiros — condenavam a ação demagógica da Federação. Diogo da Costa, da UTLJ, respondeu a Paulo Baeta Neves que não era exato que existisse perfeita harmonia entre os membros da entidade, e nem que

31 CORREIO Mineiro. Belo Horizonte, 18 ago. 1934. P.1.
32 A GREVE dos empregados da Força e Luz. *Correio Mineiro*. Belo Horizonte, 16 set. 1934. P.8.

fosse a Oposição "*um boato espalhado por pessoas incapazes de fazer algo pelo proletariado contra o muito que tem feito a Federação* ". Continuando afirmou que

> *"de um modo geral tem sido falha e lamentável a atuação da Federação Mineira do Trabalho que nada tem feito pelo proletariado da Capital e do Estado (...) Porque de um lado há na Federação Mineira do Trabalho a facção que hoje constitui a oposição que deseja, de fato, lutar pela causa proletária — sincera e abertamente, sem demagogia e sem atitudes dúbias e muito principalmente sem vaidade e sem personalismo — qualidades que enfeitam os elementos por nós combatidos..."*[33].

Foram o Sindicato da Construção Civil e a UTLJ, da Oposição Sindical, resultante da cisão da Federação Mineira do Trabalho, que levaram adiante, ao lado dos empregados da Companhia Força e Luz, o movimento grevista que atingia seu ápice.

O Debate estampava em suas páginas:

> *"A cidade está oferecendo aos olhos da população um aspecto que depõe contra os foros de pacatez do povo mineiro. É uma praça de guerra. Cavalaria, infantaria, polícia secreta, autoridades prevendo tristes acontecimentos"*[34].

Tristes acontecimentos que não tardaram a se desenrolar.

Sob a alegação de que os grevistas haviam sequestrado condutores e motorneiros, fiéis à Companhia, a sede do Sindicato da Construção Civil foi invadida pela Polícia que, afirmando ter sido recebida à bala pelos grevistas, prendeu mais de 80 pessoas, baleou um operário e

> *"na busca procedida encontrou grande quantidades de armas e munições, inclusive dinamites e espoletas. Revólveres, punhais, garruchas, etc.... e uma imensidade de boletins subversivos, tudo isso foi apreendido pela Polícia"*[35].

Em resposta, os operários soltaram a seguinte nota:

---

33 A GREVE dos Empregados da Força e Luz. *Correio Mineiro*. Belo Horizonte, 18 set. 1934. P.8.

34 ESTRANGEIROS sem entranhas. O caso doloroso dos condutores e motorneiros da Força e Luz demitidos em massa! *O Debate*. Belo Horizonte, 19 set. 1934. P.8.

35 FOI VAREJADA pela Polícia a sede da Construção Civil. *O Debate*. Belo Horizonte, 21 set. 1934. P.1.

"A Polícia, com sua costumeira habilidade em disfarçar as violências sob o manto da lei, aproveitando-se da confusão reinante com o triste espetáculo de ontem na sede da Construção Civil, informou ao repórter de O Debate que os tiros partiram daquela sede operária, o que não ficou absolutamente provado. O sequestro dos condutores e motorneiros é outra balela, para justificar a invasão, em pleno dia, de uma casa, como se ainda estivéssemos em regime discricionário"[36].

Segundo a Polícia, havia sido encontrado na sede da Construção Civil "*apreciável porção de iodofórmio, que deveria ser espalhado nas carroças de pão da cidade*"[37]. A Polícia envolvia, assim, dois sindicatos da Oposição Sindical — Construção Civil e Padeiros — cujos membros haviam entrado em greve em solidariedade ao movimento dos empregados da Força e Luz.

A ação da Polícia não parou por aí. No mesmo dia do incidente na sede da Construção Civil, durante um comício na Praça 7,

"um grupo de policiais dispersou, a golpes de espada, sem que houvesse motivos para tal, os populares ali aglomerados e que ouviam os discursos dos manifestantes. O pior é que não ficou só nisso. Tendo feito várias prisões, foram depois os detidos barbaramente espancados pelos soldados..."[38].

O Correio Mineiro apelou para as autoridades no sentido de que fossem tomadas "*providências severas e eficientes*" evitando a continuidade dos incidentes.

As autoridades, no entanto, não estavam muito dispostas a tomar providências sem que os grevistas abrissem mão de alguns itens de seu memorial.

Uma comissão, composta de representantes dos grevistas e de outros sindicatos, procurou o Interventor Benedito Valadares solicitando que ele obrigasse a Companhia Força e Luz a cumprir o acordo estabelecido pela Comissão Mista de Conciliação e Julgamento. Não só afirmou o Interventor desconhecer a segunda greve dos empregados da Força e Luz, como recusou-se a interferir, devido ao fato de ser a Companhia uma empresa particular. Afirmou Valadares que sua interferência só se daria como mediador do conflito, o que foi recusado pela Comissão. O acordo deveria ser feito diretamente com o Comitê Grevista que, com as barbas de molho, reiterava já ter a experiência da primeira greve

36 A POLÍCIA não foi recebida à bala! *O Debate*. Belo Horizonte, 22 set. 1934. P.1.

"*quando foi tapeado pelo governo, pelo ministério, pela Companhia e ainda pela Federação*[39].

As partes não entraram em acordo e a Comissão Mista acabou aprovando por unanimidade o ato da Força e Luz que dispensou vários de seus empregados incursos no art. 17 do decreto 21.396, que regulava os movimentos paredistas.

A greve fracassara.

O curso do movimento, no entanto, possibilitou a clara identificação de uma combativa oposição no movimento sindical mineiro, que emergiu com o racha da Federação Mineira do Trabalho. O fracasso da greve e a presença dos comunistas no movimento, via Oposição Sindical, polarizaram, por sua vez, os empregados da Força e Luz.

O Comitê Grevista registrou a presença dos comunistas no movimento. Afirmou que

> "*estalada a greve, tivemos logo o apoio de alguns trabalhadores influentes e conhecedores do credo marxista, os quais nos procuraram para prestar todo o apoio possível. Boa vontade não lhes faltou. Também outras classes de operários vieram em nosso auxílio, como a construção civil, padeiros, etc...*"[40]

Os editoriais do Estado de Minas traduziram o discurso de alguns dos empregados demitidos que acusavam a infiltração de elementos "*obsecados (sic) pela ideologia*" no movimento, infiltração que os " *atirou à desgraça, porque descolocados, com uma nota infamante nos arquivos policiais, como elementos terroristas e prejudiciais à ordem pública*"[41]. Ainda afirmava o Estado de Minas que

> "*explorados, em sua boa fé, por agitadores internacionais, os operários se mantiveram irredutíveis, recusaram-se a voltar ao trabalho, desatendendo aos apelos que, nesse sentido, lhes foram dirigidos pela Companhia e ficaram nessa lamentável situação de chômage*"[42].

Mas acreditavam outros operários da Força e Luz que o fracasso da greve decorria dos próprios empregados da empresa que haviam fura-

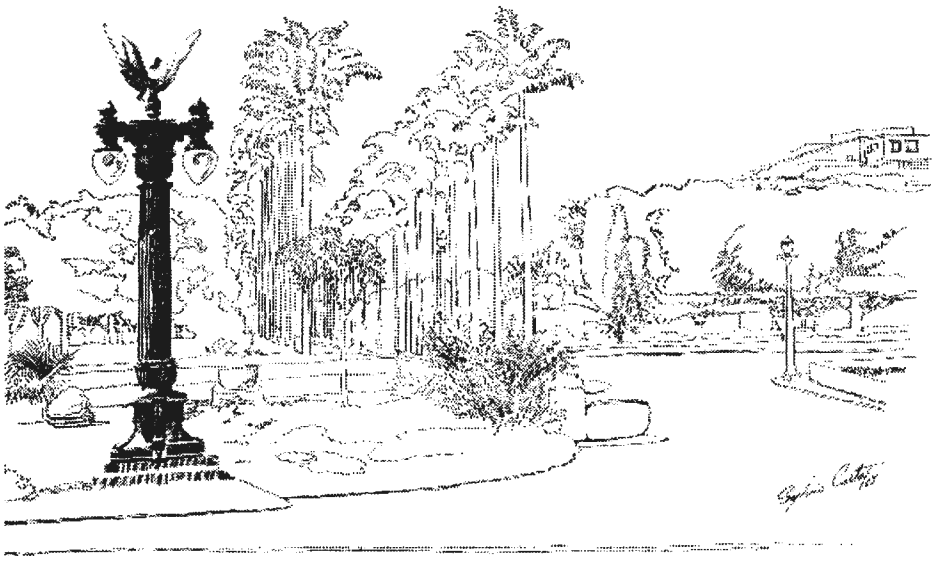
37 FOI VAREJADA.... *O Debate*. Belo Horizonte, 21 set. 1934. P.1.
38 HÁBITOS Antigos — a Polícia espanca populares. *Correio Mineiro*. Belo Horizonte, 25 set. 1934. P.1.
39 A GREVE da Companhia Força e Luz. *O Debate*. Belo Horizonte, 17 set. 1934. P.8. (notícia compilada de A União — Em Palácio).
40 A GREVE da Companhia Força e Luz. As acusações do Comitê Grevista. *Correio Mineiro*. Belo Horizonte, 16 out. 1934. P.3.
41 A GREVE da Força e Luz. *Correio Mineiro*. Belo Horizonte, 13 out. 1934. P.7.
42 AS VÍTIMAS da exploração. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 07 nov. 1934. P.2.

do a greve por não terem ainda "*espírito classista formado*". Afirmaram estes operários:

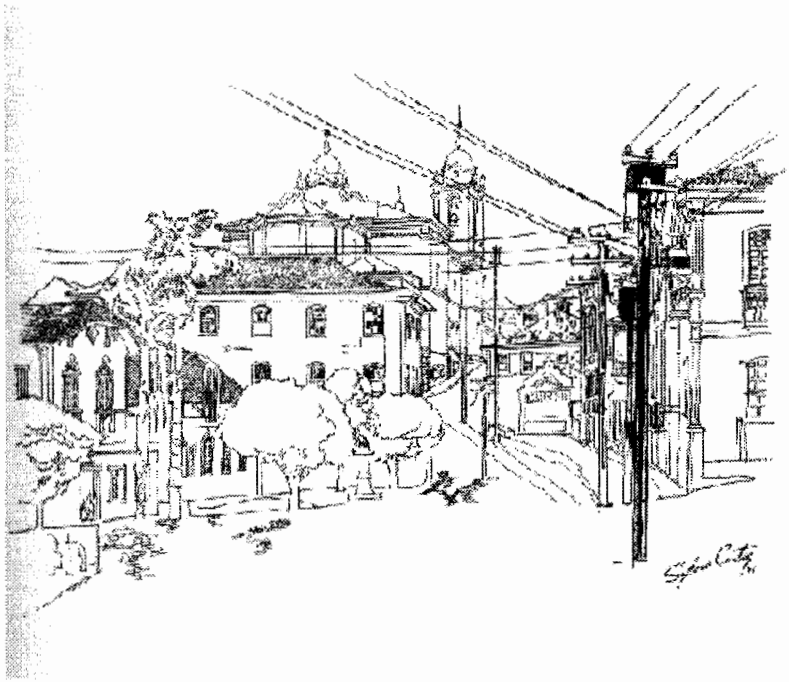
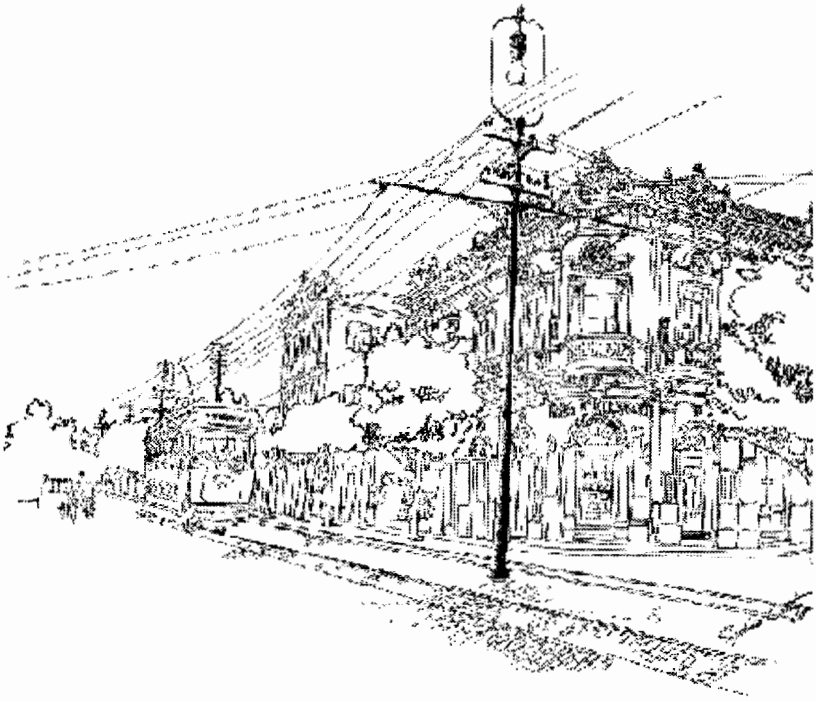
> *"São os nossos colegas que não têm coragem para exigir mais um pedaço de pão, os únicos culpados. Não devíamos ser injustos e culpar os comunistas. Eles acharam que o processo de greve permanente seria mais eficiente. Pensamos também que seria, se os furões não tivessem voltado ao trabalho"*[43]

José Militão, membro da União Internacional dos Garçons e dirigente comunista, afirmava, em 1945, que a greve dos empregados da Companhia Força e Luz havia assinalado "*uma fase decisiva no movimento trabalhista em Minas*"[44].

Além da sua importância para o movimento sindical mineiro, a greve da Força e Luz movimentou a jovem e pacata capital. A "cidade vergel" de Coelho Neto, "*...cheia de lindos e mimosos bungalows*", que parecia uma grande floresta [45], mostrava em 1934 a sua outra face — a dos conflitos entre o capital e o trabalho.



43 AS ACUSAÇÕES....*Correio Mineiro*. Belo Horizonte, 16 out. 1934. P.3. Ver também *Folha de Minas*. Belo Horizontte, 03 nov. 1934. P.3.

44 EPISÓDIOS do Movimento Operário em Minas. *O Libertador*. Belo Horizonte, 23 jun. 1945. P.1.

45 Cf. Revista Social Trabalhista. 1947. P.32. Apud CHACHAM, Vera. A Memória Urbana entre o panorama e as ruínas. In: DUTRA, Eliana de Freitas, org. *BH. Horizontes Históricos*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. P.192.